

**--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM,  
REALIZADA NO DIA DOZE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO.**

-----  
--- Aos doze dias de Dezembro do ano de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:-----

--- **Um**—APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO.-----

--- **Três**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA A DOIS MIL E OITO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM. -----

--- **Quatro**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM, A ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DE SANTARÉM – AMICALE KARATÉ E WORLD UNION OF KARATÉ-DO ORGANIZATIONS (W.U.K.O) – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.-----

--- **Cinco**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ENTRE O ESTADO E O MUNICÍPIO – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL ATÉ CINCO POR CENTO NO IRS. -----

--- **Seis**—REAPRECIACÃO E VOTAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM RESPEITANTE AO ANO DE DOIS MIL E UM.-----

--- **Sete**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E NOVE. -----

--- **Oito**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO DE SISTEMA GUIA ÁUDIO PORTÁTIL (AUDIOGUIAS). -----

--- **Nove**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DA

**ACTA Nº. 26/2008**  
**Sessão Ordinária de Dezembro**  
**(1ª Reunião) 12 de Dezembro de 2008**

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SANTARÉM E DA SALA DE LEITURA DE BERNARDO SANTARENO.-----

--- **Dez**–APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.-----

---O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Anabela Botelho Amaro Almeida, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, António Miguel Moura Pires, António Morgado Maurício d’ Avó, Catarina Fernandes Garcia Correia, Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Gonçalo José Zarco Martinho do Rosário, Helder Nuno de Jesus Cruz Oliveira Pombo, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques Cabrita, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Miguel da Conceição Piedade, Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca, Ricardo Jorge Batista Filipe, Sandra Isabel de Sousa Barreiro Diniz e Vicente Carlos Flor Batalha. -----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves (Almoster), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos António Marçal (Marvila), Carlos Manuel Beirante

Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Ricardo Luís da Costa (São Vicente do Paul), Henrique Manuel Cordeiro David (em representação do Presidente da Junta de Freguesia Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém), Firmino Joaquim Prudêncio d'Oliveira (Vaqueiros) e Joaquim António Guedes Coelho Aniceto (Várzea). -----

--- Justificou a sua ausência: -----

--- Luís Maria Severino Arrais – Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau. -----

--- Solicitaram a substituição, nos termos da Lei e do Regimento, Ana Marta Anacleto Rodrigues (PS), Carlos Manuel Luís Catalão (PS), Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS), Jaime Manuel Teodoro Santos (PSD), Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata (PSD) e Luís Filipe Piedade Valente (PSD). -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Lúcia Corujo Reis Batalha, Luís Manuel Graça Batista, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Maria Luísa Raimundo Mesquita e António Francisco Baptista Valente. -----

--- Ausências: -----

--- Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto e Henriqueta da Graça Pereira Carolo. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia submeteu a discussão e votação a Acta número vinte e quatro/dois mil e oito, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia** com a intervenção do senhor **José Luís Cabrita** que referiu que se está perante uma grave crise financeira do sistema

capitalista. O dinheiro que não existia para os aumentos de salários e pensões, para construir infra-estruturas e dinamizar a actividade económica e o investimento público aparece agora às “paletes” para injectar nos bancos. -----

---Lamentou que o PS, PSD e CDS-PP, na Assembleia da República, tenham inviabilizado um conjunto de propostas apresentadas pelo PCP no âmbito do PIDDAC, para o concelho de Santarém.-----

---Criticou o facto do senhor Primeiro Ministro, que tanto fala da necessidade de investimento público para dinamizar a economia, não ter considerado necessário o investimento público no concelho de Santarém. -----

---Depois, interveio o senhor **Vicente Batalha** que referiu que ao longo dos anos as freguesias, integrantes do edifício constitucional português, a célula mais próxima da população, têm sido tratadas como parentes pobres, incensadas nos discursos e desrespeitadas na prática. -----

---Nesta Assembleia, segundo referiu, levantou-se sempre a voz contra os atropelos e pugnou-se por justiça. Foram anos de luta e persistência para a criação e implementação da Associação Nacional de Freguesias. Nessa luta, um passo em frente foi dado com consagração do regime de permanência dos eleitos das Freguesias. Todavia, este regime veio criar graves distorções entre os eleitos tendo-os dividido entre eleitos de primeira e de segunda. Ou seja, os maiores tinham o regime de permanência pago pelo Orçamento de Estado, os menores, que em grande parte dos casos necessitavam mesmo, tinham que pedir autorização às suas Assembleias de Freguesia e teriam de o pagar com as suas próprias finanças.-----

---Prosseguiu, uma dúzia de anos passados, quando se esperavam progressos vem agora o Orçamento de Estado para dois mil e nove esquecer até a verba para o simples cumprimento da Lei em relação à referida permanência dos eleitos das Juntas de Freguesia. Os cinco milhões de euros foram retirados e os direitos adquiridos anulados numa penada. Quando se esperava o cumprimento das promessas feitas, há um claro e injusto retrocesso da parte do Governo para com as freguesias portuguesas.-----

--- Salientou que não poderia ficar calado perante esta grave situação que, mais uma vez, desrespeita as freguesias portuguesas, base do Poder Local Democrático criado com o Vinte Cinco de Abril, até porque, neste órgão deliberativo, assentou praça como soldado raso. -----

--- Salientou com júbilo a justa homenagem prestada em Santarém ao Dr. Joaquim Gonçalves Isabelinha, por ocasião do seu centenário. Tratou-se de uma festa ao homem bom e solidário, ao médico oftalmologista que colocou o seu saber ao serviço do próximo e da comunidade, destacando que a Ordem dos Médicos entregou-lhe a Medalha de Mérito, que atribuiu a muito poucos dos seus membros. -----

--- Concluiu, considerando que o Largo do Seminário ficou mais enriquecido, nestas últimas décadas, com a presença da placa indicativa, Dr. Gonçalves Isabelinha. -----

--- Foi dada a palavra, de seguida, ao senhor **Joaquim Lucas da Graça**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, que alertou para a necessidade de uma rápida intervenção na Estrada Municipal quinhentos e seis entre o Malhou e os Amiais de Baixo atendendo aos numerosos acidentes que ali têm ocorrido devido ao piso escorregadio. ---

--- Depois, usou da palavra o senhor **Eugénio Pisco** que referiu faltar cerca de um ano para o final do mandato, considerando que o presente mandato em relação às autarquias locais ficou marcado pela nova Lei das Finanças Locais a qual veio em prejuízo do Poder Local reduzindo as verbas. -----

--- Salientou que as transferências de competências para os Municípios, em seu entender, encerram alguma cumplicidade por parte das autarquias ao aceitarem responsabilidades dentro da perspectiva da proximidade e do interesse das populações não percebendo muitas vezes que essa proximidade resulta em prejuízo para as populações que se pretende servir. -----

--- Tomou a palavra a senhora **Maria Ilda Lanceiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santarém, que manifestou o seu agrado pela construção do passeio junto à APPACM no Vale de Santarém. -----

**ACTA Nº. 26/2008**  
**Sessão Ordinária de Dezembro**  
**(1ª Reunião) 12 de Dezembro de 2008**

--- Quis saber se o problema do edifício “Rosa Tomás” sito no alto do Vale será resolvido durante o próximo ano e alertou, mais uma vez, para o problema do Pinheiro das Areias que corre o risco de extinção caso não seja preservado.-----

--- Seguidamente, interveio a senhora **Sandra Barreiro** que referiu o facto da cafetaria do jardim no Vale de Santarém inaugurado há cerca de três anos, se encontrar encerrada, sugerindo que o respectivo caderno de encargo seja melhorado de modo a que os interessados pela exploração daquele espaço o possam fazer.-----

--- Alertou para a necessidade de ser dada continuidade ao pavilhão multiusos que iria certamente valorizar muito aquele local.-----

--- Interveio, de seguida, o senhor **João Leite** que louvou a organização do Festival SCALABIURB que juntou as experiências do desporto à tecnologia, passando pela arte, música e multimédia.-----

--- Destacou ainda a cedência de um terreno para a Escola Profissional Vale do Tejo para a construção de um novo edifício que irá permitir aumentar o número de alunos de trezentos para seiscentos.-----

--- Foi dada a palavra, depois, ao senhor **Eurico Ribeiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santarém, que solicitou esclarecimentos sobre a construção da ETAR da Póvoa de Santarém, assim como em relação à passagem superior junto do cemitério.-----

--- A seguir, interveio o senhor **Luís Almeida** que considerou brilhante a intervenção do senhor Presidente da Câmara proferida no decurso das comemorações do Dia do Médico Veterinário.-----

--- Referiu-se ao seu requerimento apresentado sobre os custos da Feira de Santarém, ao qual nunca obteve resposta por parte da Câmara, salientando não ser possível constar quais os custos daquele evento no Relatório e Contas de dois mil e sete.-----

--- Salientou que a Praça de Touros Celestino Graça foi construída com o objectivo de angariar fundos para a extraordinária obra levada a cabo pela Santa Casa da Misericórdia de Santarém, considerando que esta instituição teve prejuízo com o aluguer da Praça de

Touros uma vez que a Câmara até hoje ainda não pagou o respectivo aluguer. -----  
--- Destacou que também na última Sessão da Assembleia solicitou esclarecimentos sobre a Universidade da Gastronomia não tendo obtido resposta. -----  
--- Solicitou ao líder da bancada do PSD para o acompanhar à Câmara no sentido de obter as informações que não lhe foram prestadas.-----  
--- Interveio, depois, o senhor **Nuno Serra** considerou deselegante o senhor Luís Almeida não convidar os líderes das restantes bancadas.-----  
--- Manifestou a sua discordância relativamente à postura do Governo ao colocar o concelho de Santarém fora dos investimentos no âmbito do PIDDAC, o que, em seu entender, já vem sendo hábito nos últimos três anos. -----  
--- Criticou o chumbo pela CCDR do Alentejo às candidaturas do Município para a requalificação urbana do Centro Histórico, salientando o empenhamento do Executivo em ligar a cidade ao Rio Tejo.-----  
--- Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que criticou a intervenção do deputado Luís Almeida lamentando a sua falta de respeito para com ele enquanto Presidente de Câmara. -----  
--- Esclareceu quanto à estrada dos Amiais que a Câmara está a equacionar uma intervenção naquele local de modo a solucionar o problema com celeridade.-----  
--- Informou que a obra ETAR da Póvoa de Santarém será lançada no decurso do próximo ano.-----  
--- Acusou a CCDR do Alentejo de compadrio político/partidário que visa privilegiar uma região em detrimento de outra, sublinhando não existirem candidaturas do Vale do Tejo, a não ser no âmbito do centro escolar, que aquela governante autorize, salientando que irá utilizar toda a sua influência para denunciar esta situação.-----  
--- Relativamente à Cafetaria do Jardim do Vale de Santarém referiu ser um caso de difícil solução atendendo aos problemas que envolvem aquele local, considerando que deverá questionar a Executivo da Junta sobre este assunto.-----  
--- Depois, interveio a senhora **Maria Ilda Lanceiro**, Presidente da Junta de Freguesia

**ACTA Nº. 26/2008**  
**Sessão Ordinária de Dezembro**  
**(1ª Reunião) 12 de Dezembro de 2008**

de Vale de Santarém, para esclarecer em relação à Cafetaria do Jardim do Vale que houve um concurso promovido pela Câmara para a sua exploração que ficou deserto. Todavia, no seu entender, a Câmara terá de ajustar as condições da exploração daquele espaço atendendo ao elevado investimento que será necessário fazer, ao nível dos equipamentos, por quem ficar a explorar a referida Cafetaria. Considerou ainda que a concretização do pavilhão multiusos é um espaço essencial que irá dar vida àquele local.

--- Usou da palavra, novamente, o senhor **Luís Almeida** que considerou não ter sido ofensivo para o senhor Presidente da Câmara quer na sua intervenção quer na carta que lhe dirigiu, sublinhando que aquilo que procurou saber, há mais de um ano, foi quanto é que se tinha gasto na Feira de Santarém.-----

--- Referiu relativamente à Santa Casa da Misericórdia que o senhor Adelino Cruz poderá, se assim entender, confirmar as suas afirmações sobre o montante da dívida.-----

--- Destacou que tem o direito de saber quanto é que se gastou na referida Feira assim como ser informado sobre outros assuntos.-----

--- Interveio, depois, o senhor **Adelino Cruz** que referiu que não tem estado em Santarém, salientando não ter conhecimento do valor da dívida nesta altura. -----

--- A seguir, no uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** que deu conhecimento do teor da carta que lhe foi dirigida pelo deputado Luís Almeida, na qual solicita diversos esclarecimentos, nomeadamente sobre os custos da Feira, tendo sido acusado de esconder deliberadamente o montante gasto na Feira de Santarém, pois, segundo refere, a análise da Prestação de Contas da Câmara não lhe permite apurar o valor. Realçou não aceitar este tipo de insinuações por parte do deputado Luís Almeida.-----

--- Prosseguiu, dando conhecimento do ofício de resposta da Câmara no qual informa que não existe qualquer processo sobre a criação da Faculdade de Ciências Gastronómicas; relativamente ao processo do IVO – Hotéis o mesmo poderá ser consultado a qualquer dia que lhe seja conveniente. -----

--- Esgotadas as intervenções no Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----



**--- PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----**

--- Tomou a palavra a senhora **Dunia Palma** que solicitou esclarecimento sobre o protocolo de cedência da Escola da Ponte Celeiro, assim como relativamente ao colóquio sobre Desenvolvimento e Competências da empresa “Augusto Mateus”. -----

--- Depois, interveio o senhor **Presidente da Câmara** que esclareceu tratar-se de um Seminário sobre Território e Planeamento organizado pela empresa do Professor Augusto Mateus “Augusto Mateus e Associados”.-----

--- Solicitou ao senhor Presidente da Junta de Almoester para prestar os devidos esclarecimentos sobre o protocolo de cedência da Escola da Ponte Celeiro dado que foi ele que acompanhou o processo.-----

--- De imediato, o senhor **Vítor Alves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, esclareceu que o protocolo de cedência da Escola da Ponte Celeiro foi celebrado entre a Câmara Municipal de Santarém e uma Associação que visa desenvolver um conjunto de actividades para as populações infantil e juvenil que sirvam para complementar o horário escolar a partir das dezassete horas e trinta minutos.-----

--- O senhor **Presidente da Câmara** agradeceu as explicações dadas pelo senhor Presidente da Junta de Almoester. -----

--- *Seguidamente, foi dada por encerrada a discussão deste ponto o qual não carece de qualquer votação.*-----

**--- PONTO DOIS – PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO. -----**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de cinco de Dezembro de dois mil e oito, cabe-me propor à Exma. Assembleia a apreciação e votação da **Contratação de empréstimo a curto prazo no montante de dois milhões e cem mil euros**, nos termos

**ACTA Nº. 26/2008**  
**Sessão Ordinária de Dezembro**  
**(1ª Reunião) 12 de Dezembro de 2008**

da alínea d), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugado com o número sete, do artigo trinta e oito, da Lei número dois/dois mil e sete, de quinze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** que manifestou algumas dúvidas acerca da inclusão das possíveis receitas de IRS e do FEF para dois mil e oito, constantes no mapa anexo, uma vez que em seu entender os números deveriam dizer respeito ao ano de dois mil e sete. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Luís Almeida** informando que o Partido Socialista está de acordo com a proposta apresentada. -----

--- Dada a inexistência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa à **Contratação de Empréstimo de Curto Prazo**, nos termos da alínea d), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- O senhor **José Luís Cabrita** prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “Votámos favoravelmente a proposta apresentada. De qualquer forma não queremos deixar de reiterar as nossas dúvidas relativamente à questão do IRS e do FEF”. -----

--- **PONTO TRÊS – PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS A DOIS MIL E OITO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM – RELATÓRIO DE LIQUIDAÇÃO**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de cinco de Dezembro de dois mil e oito, tenho a honra de submeter a Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Santarém, na sequência da sua extinção, à apreciação dessa Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do número dois do artigo cinquenta e três, na alínea e) do número dois do artigo sessenta e quatro e na alínea j) do número um do artigo sessenta e

oito, todos da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.---

--- Usou da palavra a senhora **Dunia Palma** que questionou sobre os fundos comunitários, bem como se já existe mais alguma informação sobre o parceiro privado. -

--- Interveio, a seguir, o senhor **José Luís Cabrita** querendo saber porque razão as dívidas às Juntas de Freguesia não foram liquidadas tal como foram em relação aos demais fornecedores. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu relativamente aos fundos comunitários que está a aguardar o resultado da candidatura.-----

--- No tocante ao parceiro privado, informou que o concurso está a decorrer esperando que até final do mês de Fevereiro o processo esteja concluído. -----

--- Quanto às dívidas às Juntas de Freguesia referiu não estar em condições de poder prestar informação concreta sobre o assunto. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa à **Prestação de Contas relativa a ano de dois mil e oito dos Serviços Municipalizados de Santarém – Relatório de Liquidação**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e quatro votos a favor, zero votos contra e dezassete abstenções.-----

--- **PONTO QUATRO – PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM, A ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DE SANTARÉM – AMICALE KARATÉ E WORLD UNION OF KARATÉ-DO ORGANIZATIONS (W.U.K.O) – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de catorze de Novembro de dois mil e oito, nos termos dos números um e seis do artigo vinte e dois do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de Junho, cabe-me propor à Exma.

**ACTA Nº. 26/2008**  
**Sessão Ordinária de Dezembro**  
**(1ª Reunião) 12 de Dezembro de 2008**

Assembleia a aprovação da Repartição de Encargos, pelo período de dois anos, referente à organização do terceiro Campeonato Europeu de Karaté Seniores e Veteranos de dois mil e dez, a realizar entre sete e onze de Abril de dois mil e dez, em Portugal”.

--- Interveio o senhor **Luís Almeida** que referiu que o Partido Socialista apoia quer a organização do Campeonato Europeu de Karaté quer o Protocolo celebrado.

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Protocolo entre o Município de Santarém, a Associação Distrital de Santarém – Amicale Karaté e World Union of Karaté-Do Organizations (W.U.K.O) – Repartição de Encargos**, nos termos dos números um e seis do artigo vinte e dois do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de Junho, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

--- **PONTO CINCO – PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ENTRE O ESTADO E O MUNICÍPIO DE SANTARÉM – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL ATÉ CINCO POR CENTO NO IRS.**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:

--- “Nos termos da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro e alínea h) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, e dando sequência à deliberação camarária de cinco de Dezembro de dois mil e oito, cabe-me propor à Exma. Assembleia que o Município tenha uma participação de cinco por cento no IRS em dois mil e dez, atendendo à situação deficitária e ao volume de investimentos em curso”.

--- Foi dada a palavra ao senhor **Luís Almeida** que salientou que o Partido Socialista votará favoravelmente a presente proposta.

--- Interveio, a seguir, o senhor **Nuno Serra** que referiu que a conjuntura económica actual não permite dispensar esta verba, estando, por isso, de acordo com a proposta em apreço.

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a

**Proposta de Repartição de Recursos Públicos entre o Estado e o Município de Santarém – Participação variável até cinco por cento no IRS**, nos termos da alínea h), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugada com o número dois, do artigo vigésimo, da Lei dois/dois mil e sete, de quinze de Janeiro (Lei das Finanças Locais), tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

**--- PONTO SEIS–REAPRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM RESPEITANTE AO ANO DE DOIS MIL E UM.**-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Mesa entende que este ponto não carece de ser votado uma vez que esta Assembleia já o votou favoravelmente. Acrescentou que a Conta de Gerência de dois mil e um apenas foi remetida pelo Tribunal de Contas para a Câmara Municipal de Santarém dado que este assunto não tinha sido aprovado pelo Executivo Municipal. Assim, este Ponto destina-se a dar conhecimento ao Plenário de que as Contas em causa foram aprovadas pelo Executivo Municipal.-----

--- Interveio o senhor **Eugénio Pisco** referindo que a informação prestada é suficiente, embora lhe pareça que na fundamentação do Tribunal de Contas existem algumas insuficiências.-----

--- Esgotadas as intervenções o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois, Três, Quatro e Cinco** nos termos do número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovados por unanimidade**, a fim de produzirem efeitos imediatos.-----

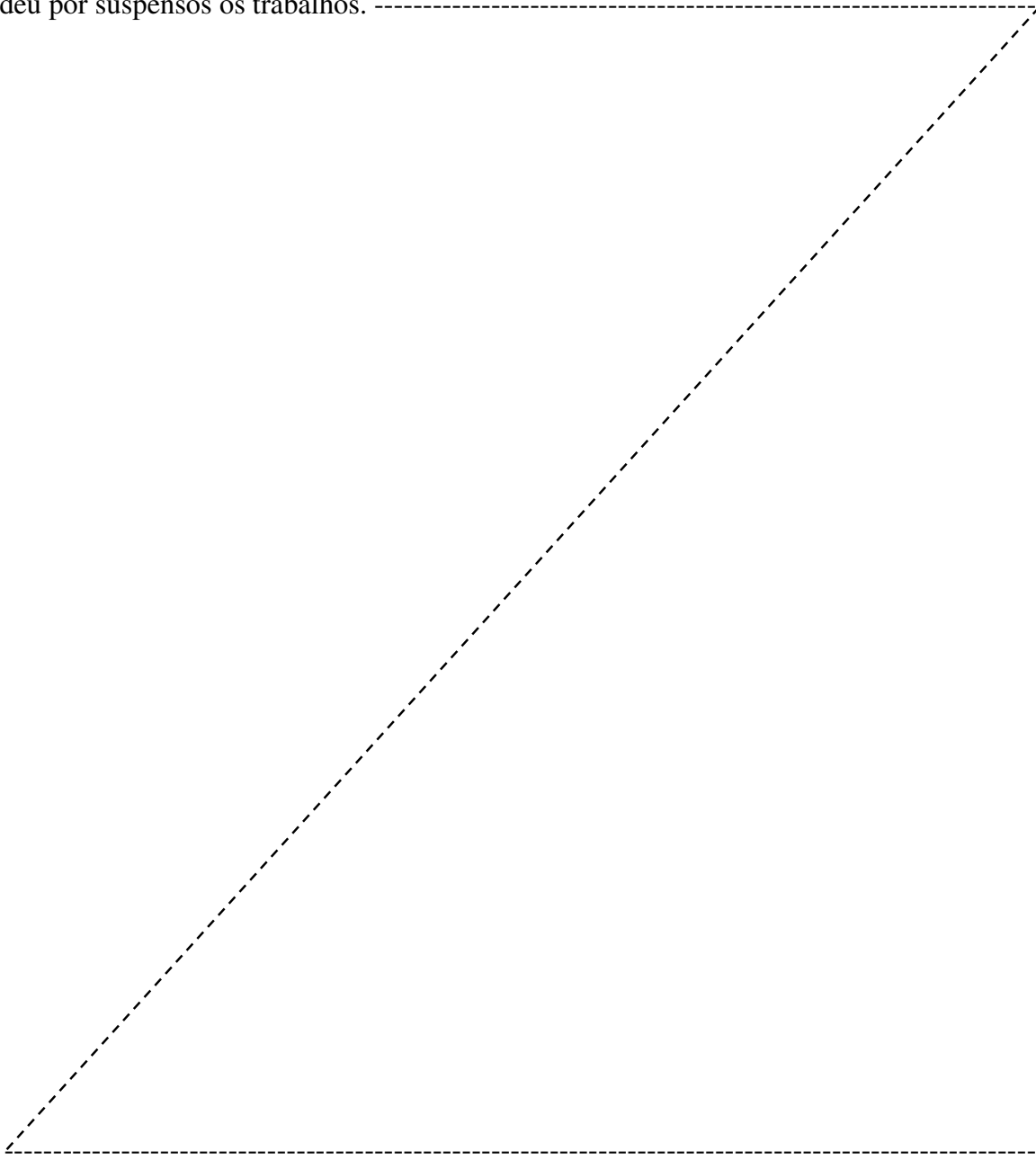
--- Interrompida a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo usado da palavra o senhor **José Marcelino** que referiu em relação ao

**ACTA N.º 26/2008**  
**Sessão Ordinária de Dezembro**  
**(1ª Reunião) 12 de Dezembro de 2008**

Relatório dos Serviços Municipalizados de Santarém que as dívidas são das Juntas de Freguesia aos Serviços Municipalizados e não vice-versa.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminado o **Período de Intervenção do Público**. -----

--- Eram vinte e três horas e quinze minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por suspensos os trabalhos. -----



--- Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e dez minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, em continuação da Sessão Ordinária de Dezembro, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a restante Ordem de Trabalhos.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Ana Marta Anacleto Rodrigues, António Joaquim da Conceição Rodrigues Neto, António Miguel Moura Pires, António Morgado Maurício d'Avó, Carlos Manuel Luís Catalão, Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Helder Nuno de Jesus Cruz de Oliveira Pombo, Jaime Manuel Teodoro Santos, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, Joaquim António Salgado Canha, José Luís Marques Cabrita, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Filipe Piedade Valente, Luís Miguel da Conceição Piedade, Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe Pedro de Oliveira Soares Malaca e Sandra Isabel de Sousa Barreiro Diniz.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), José Augusto M. Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Almoester), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel

**ACTA Nº. 26/2008**  
**Sessão Ordinária de Dezembro**  
**(2ª Reunião) 19 de Dezembro de 2008**

João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José João Delgado Pedro (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Hernâni Martins Aranha (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), João Carlos Pando Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Francisco João Rosado Fandango (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Marvila), Ricardo Luís da Costa (S. Vicente do Paul), Henrique Manuel Cordeiro David (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém), Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros) e José António Guedes Coelho Aniceto (Várzea). -----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, Catarina Fernandes Garcia Correia, Idália Maria Marques Salvador Serrão Menezes Moniz, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, José Francisco Pereira Gandarez, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata e Vicente Carlos Flor Batalha. -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Lígia Corujo Reis Batalha, Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Maria Luísa Raimundo Mesquita e António Francisco Baptista Valente. -----

--- Ausências: -----

--- Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto e Henriqueta da Graça Pereira Carolo. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão e informou que, por se tratar de uma reunião em continuação da sessão ordinária de Abril, de acordo com a Lei e o Regimento, não haveria lugar ao Período de “Antes da Ordem do Dia”. -----



--- Prosseguiram-se os trabalhos com o **PONTO SETE – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO E MAPA PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E NOVE.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dez de Dezembro de dois mil e oito, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação do **Plano de Actividades e Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e Nove**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** referindo que ao longo dos anos muitas autarquias têm utilizado os Planos anuais como instrumentos, não de administração e gestão da coisa pública, mas como meios de propaganda, vertendo neles não o que é previsível como de possível de realizar. Esta política tem conduzido a que a engenharia contabilística passou a ser a preocupação, muitas vezes principal, dos responsáveis pela governação. Sublinhou que o PSD, ao longo dos anos da governação do PS na Câmara Municipal de Santarém sempre criticou esta política. No entanto, na posse do poder imediatamente aderiu a ela como evidenciam claramente os níveis de execução dos Planos e Orçamentos de anos anteriores. -----

--- Destacou que o Plano e Orçamento para dois mil e nove parecem feitos para uma conjuntura economicamente favorável e expansionista, ignorando a grave crise mundial. Salientou que um Orçamento que cresce doze vírgula vinte sete por cento (cerca de onze milhões de euros) em relação a dois mil e oito, sustentado na incorporação de receitas de duvidoso recebimento, em seu entender, não é um documento realista. Assim como, um Orçamento de cem milhões de euros, em que cinquenta e oito milhões de receitas não é previsível que sejam recebidas em dois mil e nove, se é que alguma vez irão ser recebidas em termos líquidos, não pode ser credível. -----

**ACTA Nº. 26/2008**  
**Sessão Ordinária de Dezembro**  
**(2ª Reunião) 19 de Dezembro de 2008**

--- Prosseguiu, referindo os valores que totalizam os cinquenta e oito milhões de euros: trinta milhões de euros de uma parceria público privada a constituir nas antigas instalações da Escola Prática de Cavalaria com a implementação da “Fundação da Liberdade”; treze milhões de euros de contrapartidas e rendas do projecto “Casa dos Sabores”; quinze milhões de euros resultantes da alienação do capital social da empresa “Águas de Santarém”. -----

--- Referiu-se ao capítulo das despesas, estranhando que no Orçamento em apreço venham inscritas verbas para a exploração, manutenção e conservação de Estações Elevatórias, conservação de ETARs, conservação e reparação de esgotos e saneamento, quando esta é uma das funções para que foi constituída a empresa “Águas de Santarém”.

--- Disse ter encontrado uma verba de quinhentos e dez mil euros para a recuperação do antigo Matadouro Municipal, contudo, não vislumbra a receita a arrecadar pela renda a pagar pelos serviços públicos que ali vão ser instalados, assim como não encontra qualquer referência de comparticipação de fundos comunitário. -----

--- Estranhou também que determinados departamentos tenham mais despesas com remunerações de pessoal contratado a termo e em qualquer outra situação do que com pessoal do quadro o contratado por tempo indeterminado. -----

--- Considerou que os exemplos apontados são elucidativos da gestão casuística do actual Executivo, destacando que nem a referência à redução da despesa corrente anunciada convence a CDU. -----

--- Salientou que as propostas apresentadas pelo PCP, na Assembleia da República, no âmbito da discussão do Orçamento de Estado para dois mil e nove, para a construção dos Centros de Saúde de Pernes e de Santarém, a despoluição do Rio Alviela, foram votadas contra pelo PS, PSD e CDS-PP, as quais faziam parte das compensações da OTA, o que não deixa de ser estranho. -----

--- Constatou que as obras que foram programadas e estão a ser executadas, nomeadamente da Avenida do Brasil, foram projectadas sem terem em conta as necessidades dos empresários e empresas ali instaladas, a natureza e dimensão das

viaturas e as condições de circulação dos cidadãos. Assim como as de São Domingos, todas em simultâneo, têm criado o caos no estacionamento e na circulação de viaturas e pessoal, por não foram criadas vias de circulação em segurança. -----

--- Sublinhou que este Orçamento e as Grandes Opções do Plano prolongam uma gestão baseada no imediato e na ilusão, comprometendo o futuro, o que trará inevitáveis prejuízos para as populações.-----

--- Concluiu, referindo que este ponto também contempla a discussão do Mapa de Pessoal o qual só ontem foi entregue não permitindo fazer a devida análise deste documento.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que a Mesa estava convencida de que o Mapa de Pessoal estava no CD que continha o Orçamento razão pela qual o documento só ontem foi distribuído. -----

--- Depois, foi dada a palavra à senhora **Maria Ilda Lanceiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santarém, que quis saber se a verba destinada à carrinha para transportes escolares será recebida durante o ano de dois mil e nove, sublinhando ser importante que a mesma seja paga até ao final do mandato a fim de não deixar este ónus ao próximo Executivo da Junta.-----

--- A seguir usou da palavra o senhor **Nuno Serra** que teceu algumas considerações relativamente à intervenção do senhor José Luís Cabrita, considerando que se o Executivo não tivesse a convicção de que vai conseguir cumprir os prazos certamente não colocaria a verba de trinta milhões de euros em Orçamento. Quanto aos quinze milhões de euros provenientes do parceiro privado da empresa “Águas de Santarém” disse já ser público e estar previsto que esse valor entrava nas contas da Câmara. -----

--- Referiu que o Orçamento é uma ferramenta que permite ao Executivo estipular metas a atingir, demonstrar as suas prioridades de gestão e acima de tudo assumir um quadro de compromissos perante as comunidades. O Orçamento deverá constituir a expressão financeira das prioridades políticas do executivo.-----

--- Considerou que o importante é olharmos para o instrumento que define a estratégia

**ACTA Nº. 26/2008**  
**Sessão Ordinária de Dezembro**  
**(2ª Reunião) 19 de Dezembro de 2008**

política de Santarém para o próximo ano e dizer se concordamos ou não, assim como o que é importante para a população é olharmos para o Orçamento e vermos, por exemplo, que existe um incremento de valor para as escolas e saber se a oposição concorda em investir nas escolas ou se preferia faze-lo noutro sector. -----

--- Salientou ser importante verificar que existe uma clara intenção de saldar a totalidade das dívidas com as juntas, mais uma vez é importante saber se a oposição acha que bem ou se acha que o dinheiro deve ser empregue noutro fim. -----

--- Realçou a importância de se olhar para a diminuição da despesa corrente e perceber que esse é um objectivo plasmado neste documento, lembrando que no ano anterior tão atacado foi este executivo por ter aumentado a dívida corrente.-----

--- Questionou se não é importante também olhar para um Orçamento e verificar o quanto este é virado para a população, para aquilo que faz falta aos munícipes ou, por outro lado, olhar para aquilo que lá devia estar e não está. Considerou ser esse o nosso dever, mostrar quais são as nossas posições políticas, quais são as nossas opções estratégicas comparativamente às apresentadas.-----

--- Prosseguiu, questionando se querem ou não apoiar o investimento nas escolas, saldar as dívidas com as juntas ou deixá-las mais uns meses à espera e diminuir a despesa corrente, sublinhando serem estas as questões que aqui estão em causa e deviam ser sobre estas que todos se deviam pronunciar. -----

--- Referiu que por concordar que este é o caminho, as crianças, as escolas, as pessoas e as juntas, irão votar claramente favoravelmente este Orçamento. Mas o PSD não anda de olhos fechados e não se esquece do que disse no passado, sublinhando, mais uma vez, o que têm dito todos os anos, a situação não é boa, recomendando ao executivo que faça um esforço por controlar a despesa corrente, que diminua o desperdício e que seja sempre um exemplo. -----

--- Concluiu, referindo que a Câmara Municipal de Santarém está a fazer um enorme esforço para controlar a dívida e isso deve ser enaltecido, mas tem de continuar, não pode baixar os braços na luta contra o aumento da dívida, esperando que seja um ano de dois

mil e nove em que o executivo consiga executar a estratégia plasmada, o ênfase nas pessoas, nas escolas, nas juntas e ao mesmo tempo controle e diminua a despesa corrente.

--- Retomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** que salientou que na proposta de contrato das compensações da OTA vem expressamente consagrado que o pagamento é efectuado em setenta e duas prestações, sendo que a primeira será paga aquando da assinatura do mesmo. Por outro lado, o presente Orçamento contempla o pagamento de doze prestações respeitantes ao referido contrato.-----

--- A seguir, interveio o senhor **Carlos Catalão** que manifestou a sua concordância relativamente à intervenção do senhor José Luís Cabrita.-----

--- Considerou ser um Orçamento virtual, salientando não ter muito mais a acrescentar em relação àquilo que foi dito pelos Vereadores do PS na reunião camarária, pelo que a sua bancada não poderá votar favoravelmente este documento. -----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Presidente da Câmara** que considerou que as críticas da oposição são os mesmos lugares comuns de sempre, tão iguais ano após ano, sublinhando ser a mesma retórica de sempre.-----

--- Prosseguiu, prestando esclarecimentos em relação às obras, referindo que as mesmas estão a decorrer de acordo com a calendarização possível, salientando que a partir de Janeiro próximo todos os meses será inaugurada uma grande obra.-----

--- Informou que não existe nenhuma obra em Santarém que não tenha um plano de segurança aprovado. -----

--- Referiu que as despesas e receitas respeitantes ao antigo Matadouro Municipal estão consignadas em orçamento.-----

--- Esclareceu que as obras provenientes das compensações da OTA serão realizadas pela Administração Central.-----

--- Quanto à verba para a carrinha de transportes escolares referiu que irá fazer os possíveis para pagar a mesma até final do presente mandato. -----

**ACTA Nº. 26/2008**  
**Sessão Ordinária de Dezembro**  
**(2ª Reunião) 19 de Dezembro de 2008**

---No tocante ao empolamento deste Orçamento, destacou que as previsões foram efectuadas com base numa média aritmética, sublinhando que os regulamentos de taxas entretanto aprovados não foram utilizados para estes cálculos. Acrescentou que os trinta milhões de euros consignados em Orçamento provêm das negociações com o Governo. -

---Concluiu informando que irá elaborar um mapa com todas as obras que estão em desenvolvimento pelo concelho, de modo a perceber-se como é que se fazem orçamentos e se desenha num mandato uma estratégia sustentada de desenvolvimento. -----

---Interveio novamente o senhor **José Luís Cabrita** que referiu ter feito na sua intervenção uma leitura política do documento em apreço. -----

---Quanto às questões de segurança, disse não duvidar de que a Câmara não tenha todos os planos de segurança respeitantes às intervenções aprovados. Todavia, eles não estão a ser cumpridos bastando ver o que se está a passar nas obras em São Domingos. -----

---Seguidamente, foi dada a palavra à senhora **Dunia Palma** que levantou algumas dúvidas relativamente à verba para outros trabalhos específicos considerando ser uma média muito alta. -----

---Foi dada a palavra, ao senhor **Presidente da Câmara** que esclareceu que uma parte da verba para outros trabalhos diz respeito à dívida. A outra parte abrange um conjunto de serviços não podendo ser imputada apenas a estudos e consultorias.-----

---Seguidamente, interveio o senhor **Vereador Ricardo Gonçalves** que referiu que a Câmara teve o cuidado de fazer uma reunião com a população tendo sido solicitado aos moradores para no caso de haver alguns problemas os comunicassem à Junta de Freguesia de São Nicolau. -----

---Salientou que as obras têm sido acompanhadas por fiscalização externa e por um supervisor da Autarquia. Todavia, pode ocorrer uma outra questão pontual.-----

---Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** perguntou aos senhores deputados se estavam em condições para votar os documentos em virtude do Mapa de Pessoal apenas ter sido distribuído ontem, não tendo sido levantada qualquer objecção pelo Plenário. -----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Plano de Actividades e Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e Nove**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e um votos a favor, dezasseis votos contra e sete abstenções. -----

--- Pelo senhor **Carlos Beja**, presidente da Junta de Freguesia de Moçarria, foi efectuada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “O Orçamento da Câmara Municipal de Santarém e as Grandes Opções do Plano para dois mil e nove contaram também com a contribuição das Juntas de Freguesia e naturalmente com as suas propostas. -----

--- Apesar das preocupações que resultam da existência de algumas receitas extraordinárias neste Orçamento, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém assumiu, nas duas reuniões em participaram os Presidentes das Juntas de Freguesia e Vereadores, o compromisso de disponibilizar as verbas necessárias às obras propostas, quer através da indexação às receitas, quer através dos orçamentos das Freguesias. -----

--- Sendo este o último ano de mandato é muito importante que as obras previstas nos diferentes Orçamentos, de dois mil e cinco a dois mil e nove, se possam realizar sendo certo que por isso é também indispensável a contribuição dos serviços técnicos da autarquia. -----

--- Confiantes de que é possível assegurar as verbas e o empenhamento dos diferentes sectores técnicos as Freguesias de Moçarria, Pernes, Póvoa da Isenta, Santa Iria da Ribeira de Santarém, Vale de Figueira e Vaqueiros viabilizam os instrumentos de gestão já referidos”. -----

--- O senhor e **Ricardo Costa**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente do Paúl, prestou a seguinte Declarações de Voto:-----

--- “O meu voto favorável deve-se ao facto do Orçamento contemplar obras importantes

que contribuirão para o desenvolvimento da freguesia de S. Vicente do Paúl”.-----

**--- PONTO OITO – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE GUIA ÁUDIO PORTÁTIL (AUDIOGUIAS).---**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de cinco de Dezembro de dois mil e oito, de harmonia com as disposições conjugadas das alínea a) e e) do número dois do artigo cinquenta e três, e alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação do Projecto de Regulamento de Municipal de Utilização de Sistema de Guia Áudio Portátil (Audioguias), que anexo”. -----

--- O senhor **Luís Leitão** alertou para o facto de no artigo respeitante à Lei Habilitante do presente regulamento estar indicado o número oito do artigo cento e doze da Constituição da República Portuguesa, quando deveria estar mencionado o número sete do mesmo artigo de acordo com a Lei Constitucional um/dois mil e cinco que aprova a sétima revisão constitucional. -----

--- De seguida, o senhor **Presidente da Câmara** referiu não estar em condições de prestar esclarecimentos sobre a questão colocada, não vendo qualquer inconveniente que este regulamento seja votado, considerando serem “gralhas” que acontecem. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Regulamento Municipal de Utilização de Sistema de Guia Áudio Portátil (Audioguias)**, nos termos da alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

**--- PONTO NOVE – PROPOSTA DE REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SANTARÉM E DA SALA DE LEITURA BERNARDO SANTARENO. -----**



--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----  
--- “Dando sequência à deliberação camarária de cinco de Dezembro de dois mil e oito, de harmonia com as disposições conjugadas das alínea a) e e) do número dois do artigo cinquenta e três, e alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação do Projecto de Regulamento da Biblioteca Municipal de Santarém e da Sala de Leitura Bernardo Santareno, que anexo”. -----  
--- Dada a inexistência de oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Regulamento da Biblioteca Municipal de Santarém e da Sala de Leitura Bernardo Santareno**, nos termos da alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----  
--- **PONTO DEZ – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**----  
--- Pelo senhor **Aires Lopes** foi apresentada a seguinte Proposta:-----  
--- “No passado dia seis de Julho teve lugar no Bairro de São Domingos em Santarém um sequestro tendo de imediato sido deslocado para o local os meios necessários para este tipo de acção, Polícia de Segurança Pública, INEM e Bombeiros.-----  
--- Como se constatou viveram-se horas dramáticas, mas o pior não aconteceu graças à acção das entidades acima referidas. -----  
--- Proponho que a Assembleia Municipal de Santarém, hoje reunida, a aprove um voto de louvor à Polícia de Segurança Pública, INEM e Bombeiros pelo trabalho desenvolvido nas angustiantes doze horas de duração do sequestro”.-----  
--- Dada a ausência de oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta em epígrafe, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

**ACTA Nº. 26/2008**  
**Sessão Ordinária de Dezembro**  
**(2ª Reunião) 19 de Dezembro de 2008**

--- Pelos senhores **Leonel Martinho do Rosário, Luís Almeida e Vicente Batalha**, foi apresentado o seguinte Voto de Pesar: -----

--- “No passado dia um de Dezembro morreu Maria José Mendonça, a conhecida “Zézinha” para todos nós. Natural de Pernes, onde nasceu a dezanove de Março de mil novecentos e quarenta e quatro, cedo se radicou em Santarém, onde desenvolveu intensa actividade profissional e cívica. -----

--- Cidadã empenhada e participativa, quer na vida política, era militante do PS de que foi eleita na Assembleia de Freguesia de Marvila, quer na vida associativa e cultural, Maria José Mendonça entregou-se de corpo e alma à Orquestra Típica Scalabitana e ao Grupo Cénico da Música Nova de Pernes, onde em cada elemento tem um amigo e um admirador. Também a iniciativa “Vestidos de Chita”, da Câmara Municipal de Santarém, com quem ao longo dos anos colaborou activamente na promoção e animação cultural, foi uma das suas imagens de marca. -----

--- Pela sua devoção e entrega, alegria, dinamismo e sentido da perfeição, pelo muito que deu à cultura e à Arte, a vida de Maria José Mendonça tem direito a uma justa palavra de agradecimento e louvor. E de sentido pesar, na hora do seu desaparecimento, quando muito ainda havia a esperar do seu exemplo e do seu alto sentido solidário. -----

--- A Assembleia Municipal de Santarém, reunida na sua sessão ordinária aos dezanove dias de Dezembro de dois mil e oito, expressa um Voto de Pesar pela morte de Maria José Mendonça e envia à sua Família as mais sentidas condolências”. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** informou que o Executivo Municipal se associa ao presente Voto de Pesar. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação o Voto de Pesar acima transcrito, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação

em minuta dos **Pontos Sete, Oito, Nove e Dez**, tendo sido **aprovados por unanimidade**.

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Eram vinte e duas horas e trinta minutos quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,  
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

-----**O PRESIDENTE**-----